

Fundação de Apoio ao Ensino Pesquisa e Extensão - FAEPE



Relatório da Gestão 2021

RELATÓRIO DE GESTÃO 2021

Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão - FAEPE

O presente Relatório de Atividades destina-se à apresentação das ações desenvolvidas pela Fundação no exercício do ano de 2021. O documento visa a atender o disposto na Lei nº 8.958/1994, alterada pela Lei nº 13.530/2017, na Resolução CUNI nº 073, de 4 de novembro de 2021, que dispõe sobre as normas regulamentadoras das relações entre a Universidade Federal de Lavras - UFLA e as suas Fundações de Apoio. Veja-se:

Art. 74. A avaliação de desempenho da FAp será feita anualmente pelo CUNI com base no relatório anual de gestão e de acordo com o Decreto nº 7.423 de 2010, art. 5º, § 1º, incisos I, II e III.

Parágrafo único. O Reitor designará comissão encarregada de emitir relatório circunstanciado sobre o desempenho da FAp, com base nos seguintes indicadores e parâmetros objetivos:

I- demonstrações contábeis obrigatórias nos termos da legislação vigente, englobando: a) balanço patrimonial; b) demonstração do resultado do exercício; c) demonstração de lucros e prejuízos acumulados; e d) demonstração de fluxo de caixa;

II- parecer de auditoria independente;

III- receita oriunda de projetos financiados por entidades públicas e privadas;

IV- número de discentes de graduação e de pós-graduação e de pessoal de associação temporária envolvidos nos projetos;

V- processos e valores de importação;

VI- prestações de contas enviadas dentro do prazo;

VII- projetos gerenciados;

VIII- relação de obras realizadas para a UFLA, quando houver;

IX- valor total dos equipamentos adquiridos e incorporados ao patrimônio da UFLA;

X- valor total dos ressarcimentos à UFLA pelo uso de seu nome, imagem, capital intelectual e infraestrutura; e

XI- principais ações de supervisão, controle e de correição adotadas pela FAp para a garantia da legalidade, legitimidade, economicidade e transparência na aplicação dos recursos públicos.

Nesse sentido é um instrumento por meio do qual o Ministério Público Estadual e a Universidade, além de avaliar o desempenho da Fundação, também exercem parte do controle que lhes foi atribuído como competência em lei.

*** NOTA DE ESCLARECIMENTO**

O presente relatório anual de prestação de contas referente ao exercício de 2021 ficou a cargo da nova Diretoria Executiva da FAEPE, a qual tomou posse em 1 de agosto de 2022.

A antiga Diretoria Executiva da Fundação - apontada no item 1 desse documento - permaneceu à frente da entidade até o mês de julho de 2022, nesse sentido, integrou o corpo diretivo da FAEPE no período equivalente ao de prestação das contas relativas ao exercício de 2021, ainda assim não submeteu o relatório para apreciação.

SUMÁRIO

1. IDENTIDADE ORGANIZACIONAL DA FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - FAEPE	5
2. INSTITUIÇÃO CREDENCIADA	8
3. MECANISMOS DE CONTROLE	10
4. TRANSPARENCIA	12
5. ESTRUTURA OPERACIONAL	14
6. DESEMPENHO OPERACIONAL	15
7. ATIVIDADES PRÓPRIAS DA FUNDAÇÃO	17
7.1. RÁDIOUNIVERSITÁRIA	17
7.2. PARCERIA COM A EMATER CONCURSO DE CAFÉS	22
8. DOCUMENTOS CONTÁBEIS (PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE; BALANÇO PATRIMONIAL; DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO; DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS; DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA; NOTAS EXPLICATIVAS CONTÁBEIS)	25

1 - IDENTIDADE ORGANIZACIONAL DA FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - FAEPE

A FAEPE - Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão é uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos criada em 1976. Localizada no Campus Histórico da UFLA, a Fundação, desde a sua criação, desempenha atividades de apoio ao ensino, pesquisa e extensão, segundo o disposto no art. 1º da Lei nº 8.958/1994, alterada pela Lei nº 13.530/2017:

As Instituições Federais de Ensino Superior - IFES e as demais Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs, de que trata a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, poderão celebrar convênios e contratos, nos termos do [inciso XIII do caput do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), por prazo determinado, com fundações instituídas com a finalidade de apoiar projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive na gestão administrativa e financeira necessária à execução desses projetos. [\(Redação dada pela Lei nº 12.863, de 2013\)](#)

§ 1º Para os fins do que dispõe esta Lei, entendem-se por desenvolvimento institucional os programas, projetos, atividades e operações especiais, inclusive de natureza infraestrutural, material e laboratorial, que levem à melhoria mensurável das condições das IFES e demais ICTs, para cumprimento eficiente e eficaz de sua missão, conforme descrita no plano de desenvolvimento institucional, vedada, em qualquer caso, a contratação de objetos genéricos, desvinculados de projetos específicos. [\(Incluído pela Lei nº 12.349, de 2010\)](#)

§ 2º A atuação da fundação de apoio em projetos de desenvolvimento institucional para melhoria de infraestrutura limitar-se-á às obras laboratoriais e à aquisição de materiais, equipamentos e outros insumos diretamente relacionados às atividades de inovação e pesquisa científica e tecnológica. [\(Incluído pela Lei nº 12.349, de 2010\)](#)

§ 3º É vedado o enquadramento no conceito de desenvolvimento institucional, quando financiadas com recursos repassados pelas IFES e demais ICTs às fundações de apoio, de: [\(Incluído pela Lei nº 12.349, de 2010\)](#)

I - atividades como manutenção predial ou infraestrutural, conservação, limpeza, vigilância, reparos, copeiragem, recepção, secretariado, serviços administrativos na área de informática, gráficos, reprográficos e de telefonia e demais atividades administrativas de rotina, bem como as respectivas expansões vegetativas, inclusive por meio do aumento no número total de pessoal; e [\(Incluído pela Lei nº 12.349, de 2010\)](#)

II - outras tarefas que não estejam objetivamente definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional da instituição apoiada. [\(Incluído pela Lei nº 12.349, de 2010\)](#)

Historicamente, a FAEPE cumpriu importante finalidade, qual seja a de apoiar o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como o desenvolvimento institucional, científico e tecnológico da Universidade Federal de Lavras, mediante a concessão de apoio para a elaboração de projetos, bem assim, à administração dos recursos financeiros auferidos.

Além, de se submeter à Lei nº 8.958/1994, alterada pela Lei nº 13.530/2017, cumpre à FAEPE observar o disposto nas demais normas atinentes ao tema, inclusive, o discriminado no seu estatuto conforme a previsão contida no art. 2º da aludida lei. Note-se:

Art. 2º As fundações a que se refere o art. 1º deverão estar constituídas na forma de fundações de direito privado, sem fins lucrativos, regidas pela [Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002](#) - Código Civil, e por estatutos cujas normas expressamente disponham sobre a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, e sujeitas, em especial: [\(Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010\)](#)

I - a fiscalização pelo Ministério Público, nos termos do Código Civil e do Código de Processo Civil;

II - à legislação trabalhista; [\(Redação dada pela Lei nº 13.530, de 2017\)](#)

III - ao prévio credenciamento no Ministério da Educação e no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, renovável a cada 5 (cinco) anos. [\(Redação dada pela Lei nº 13.530, de 2017\)](#)

Parágrafo único. Em caso de renovação do credenciamento, prevista no inciso III do caput, o Conselho Superior ou o órgão competente da instituição federal a ser apoiada deverá se manifestar quanto ao cumprimento pela fundação de apoio das disposições contidas no art. 4º-A. [\(Incluído pela Lei nº 12.863, de 2013\)](#)

Ademais, como fundação de natureza privada, compete ao Ministério Público Estadual proceder ao acompanhamento e a fiscalização das atividades executadas pela FAEPE, cuja administração, segundo seu estatuto, está a cargo dos Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva, assim constituídos:

Conselho Deliberativo:

Soraya Alvarenga Botelho /CUNI - titular
Thiago Fernandes Bernardes /CUNI - titular
Renato Ramos da Silva /CUNI – suplente
Alcides Moino Júnior /CUNI – suplente
Fábio Aurélio Dias Martins/EPAMIG- membro externo – titular
Rogério Antônio Silva/EPAMIG- membro externo – suplente
José Sebastião Andrade Melo - SindUFLA - suplente
José Edemir da Silva Anjo – APG - titular
Alexandre Peressin – APG – titular
Giovanni Francisco Rabelo/CUNI - titular
José Rodrigues Alves de Almeida e Silva - SindUFLA - Titular
José Sebastião Andrade Melo/SindUFLA - titular
Lucas Henrique Pedrozo Abreu - CUNI - titular

Conselho Fiscal:

Joao Jose Granate Sa e Melo Marques – titular
Vitor Luis Tenório Mati – titular
Moacir de Souza Dias Junior - titular
Mirleia Aparecida de Carvalho - suplente
Neumar Costa Malheiros - suplente

Diretoria Executiva:

Antonio Carlos Cunha Lacreta Junior - Diretor Executivo
Hélio Ribeiro - Diretor Administrativo
Marcio André Stefanelli Lara - Diretor Científico

Demais disso, a entidade também consignou sua missão, visão e valores.
Note-se:

Missão: Apoiar o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, como também o desenvolvimento institucional, científico, cultural e tecnológico da Universidade Federal de Lavras pelo assessoramento na execução dos projetos e administração de recursos financeiros auferidos com o fim de promover a integração entre sociedade/universidade.

Visão: Fortalecer como referencial na captação e no Gerenciamento de recursos para projetos de pesquisa, ensino e extensão e contribuir efetivamente para a geração de conhecimento, tecnologias e soluções inovadoras.

Valores:

Integridade: é o eixo das atividades desempenhadas que envolvem legalidade, transparência e ética.

Excelência em suas atividades: aperfeiçoamento contínuo e a qualidade dos serviços.

Comportamento ético: é o respeito com os clientes, colaboradores, fornecedores e parceiros.

Responsabilidade Social: contribuir para a aproximação dos interesses das organizações e os da sociedade, resultando em esforços múltiplos, para o cumprimento de objetivos compartilhados.

De resto, a sua estrutura organizacional apresenta o seguinte desenho:

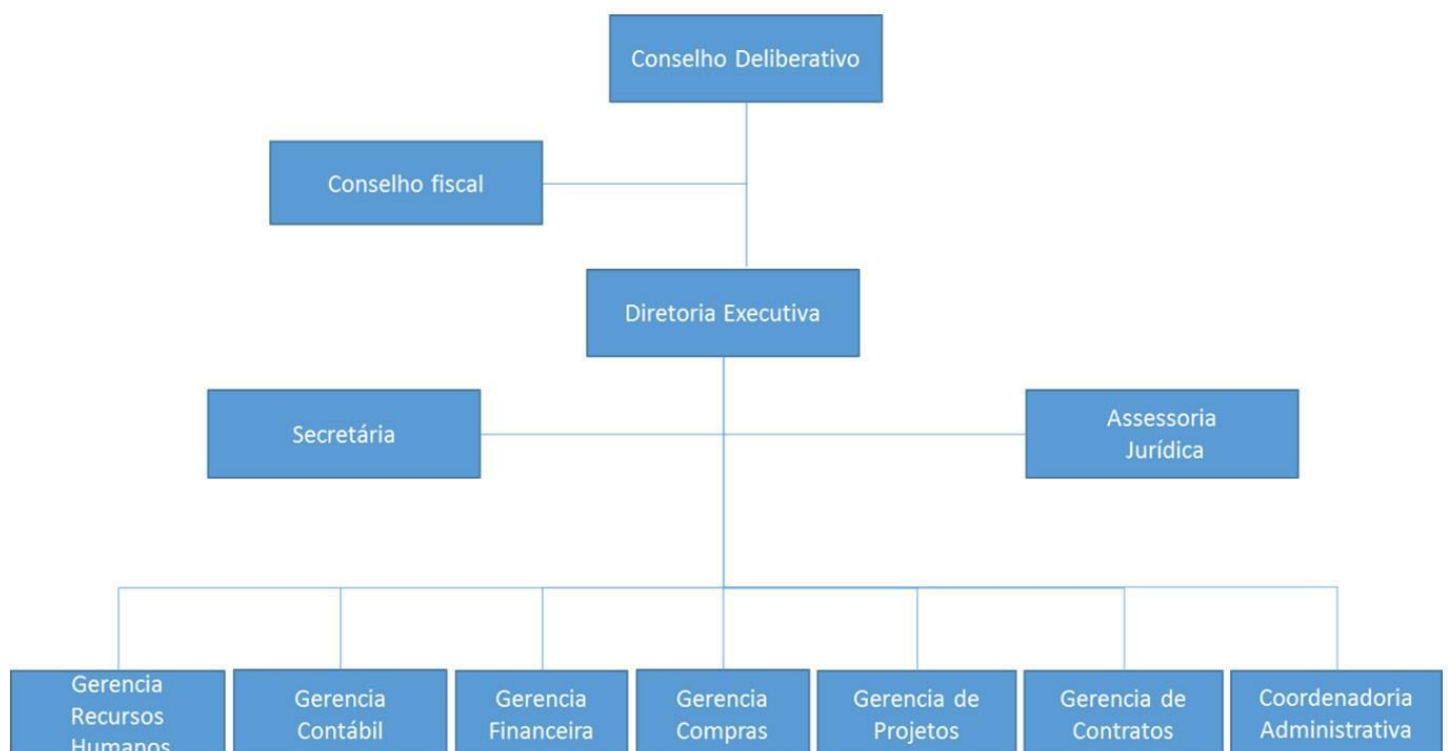
Organograma

Figura 1 - Organograma FAEPE.

2 - INSTITUIÇÃO CREDENCIADA

Para atuar como Fundação de Apoio compete à FAEPE, de acordo com a Lei nº 8.958/94, alterada pela Lei nº 13.530/2017, Decreto nº 7.423/10, Portaria Interministerial nº 191/12 MEC/MCTI, requerer junto ao Ministério da Educação e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MEC/MCTIC, o seu credenciamento. Nesse sentido, a Fundação se encontra credenciada à Universidade Federal de Lavras e aos aludidos Ministérios. Bem assim, desde a sua criação, jamais perdeu o aludido credenciamento, confirmando, dessa forma, sua regularidade para desenvolver as atividades de natureza apoiadora.

Desse modo, a FAEPE é entidade competente, para formalizar por meio de contratos, convênios, acordos ou ajustes individualizados com objetos específicos e prazos determinados, a oferta de apoio à UFLA. (art. 1º da Lei nº 8.958/94 e art. 8º do Dec. nº 7.423/10). De mais a mais, a relação entre apoiada e apoiadora, ou seja, entre UFLA e FAEPE, também é regulada pela Resolução nº 073, de 4 de novembro de 2021, a qual estabelece as diretrizes, os procedimentos, os direitos e deveres de atuação de ambas as instituições.

3 - MECANISMOS DE CONTROLE

O controle das atividades desenvolvidas pela FAEPE é realizado por órgão interno e externo à Fundação.

No âmbito interno, a FAEPE é controlada e fiscalizada pelos Conselhos Deliberativo e Fiscal, órgãos superiores da Fundação.

Conforme o artigo 23 do Estatuto compete ao Conselho Deliberativo, dentre outras, a atribuição de exercer a fiscalização superior do patrimônio e dos recursos da Fundação, estabelecer as diretrizes e metas de atuação, aprovar plano de trabalho e de gestão financeira, supervisionar as atividades executadas pela Fundação e, por ultimo, submeter os balancetes, a prestação de contas e o relatório anual de gestão, para a apreciação do Órgão Colegiado Superior da Universidade, qual seja, o Conselho Universitário - CUNI. Veja-se:

Art. 74. A avaliação de desempenho da FAp será feita anualmente pelo CUNI com base no relatório anual de gestão e de acordo com o Decreto nº 7.423 de 2010, art. 5º, § 1º, incisos I, II e III. (Resolução nº 073, de 4 de novembro de 2021)

Em síntese, compete ao Conselho Deliberativo da FAEPE elaborar juízo e deliberar sobre os relatórios anuais de gestão e de prestação de contas, os quais devem exprimir o balanço geral do exercício avaliado.

Demais disso, é atribuição do Conselho Deliberativo fiscalizar a aplicação da proposta orçamentária anual, o balanço e o relatório do ano corrente, além de deliberar sobre temas específicos relativos às atividades desenvolvidas durante o ano.

Ao Conselho Fiscal (art.26 do Estatuto) incumbe as atribuições de verificar e acompanhar regularmente, a ordem dos negócios contábeis e financeiros da Fundação. Cabe ainda, quando for o caso, recomendar ao Conselho Deliberativo, a realização de auditoria externa, a fim de melhor esclarecer o impacto de certos eventos, aparentemente, desprezados.

Nesse sentido, a FAEPE conta com os serviços de uma Auditoria Externa independente, a qual cumpre realizar, anualmente, a análise do Balanço Patrimonial e da Demonstração Contábil da entidade, bem assim, emitir o parecer detalhado sobre o exame do exercício em análise. Acerca desse ponto, relevante mencionar que o parecer, com a apreciação do exercício - ano de 2021, também integra este relatório, ou melhor, constitui-se na sua parte final do documento.

Ainda sobre a cadeia de responsabilidades, compete ao Administrador garantir o equilíbrio das contas relativas a cada exercício, bem assim, assegurar a capacidade de gerência da Fundação. Desse modo, apresenta-se como figura fundamental na consecução da eficiência administrativa da Fundação. Ademais, juntamente com a Diretoria Executiva deve observar o

disposto na Lei nº 8.958/94, nos Decretos nº 7.423/2010, nº 8.240/2014 e nº 8.241/2014, que regulamentam a referida lei.

Conforme exposto alhures, o Relatório Anual de Gestão também é apreciado pelo Conselho Universitário - CUNI. Impende ao órgão colegiado da UFLA executar parte do controle externo, ou seja, avaliar as informações contidas no documento, bem assim, aprovar o relatório ou rejeitá-lo e, por ultimo, emitir manifestação sobre o interesse da Universidade na manutenção do credenciamento da Fundação como entidade de Apoio à Universidade.

Além do controle e fiscalização exercidos pelos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Fundação (órgãos internos) e pelo CUNI da UFLA (órgão externo), a FAEPE também se submete às normas que regulamentam a gestão de recursos públicos, sejam os oriundos das esferas federal, estadual ou municipal, notadamente, obedece a Lei nº 10.520/02, Decreto nº 5.450/05, ao Decreto nº 8241/14 e, subsidiariamente, a Lei nº 8.666. Nesse sentido, os órgãos de controle externo se estendem para além da UFLA, alcançando-se, por exemplo, órgãos como o Ministério Público Estadual, os Tribunais de Contas, a Controladoria-Geral da União e demais entidades concedentes de recursos (órgãos de fomento).

4 - TRANSPARÊNCIA

Tanto a Lei 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação LAI) quanto a Lei 8.958/94 regulam a publicidade e transparência das informações a serem divulgadas pelas fundações.

Ainda que estatutariamente a natureza da FAEPE seja a de instituição de direito privado, a Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação LAI) se aplica às Fundações de Apoio. Veja-se:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no [inciso XXXIII do art. 5º](#), no [inciso II do § 3º do art. 37](#) e no [§ 2º do art. 216 da Constituição Federal](#).

Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei:

I - os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público;

II - as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 2º Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres.

Parágrafo único. A publicidade a que estão submetidas as entidades citadas no **caput** refere-se à parcela dos recursos públicos recebidos e à sua destinação, sem prejuízo das prestações de contas a que estejam legalmente obrigadas.

Dessa forma, no sítio eletrônico da FAEPE, qual seja, (www.faepe.org.br) se encontra disponível o Portal da Transparência, por meio do qual se obtém o acesso às informações acerca das atividades realizadas pela fundação, com recursos de origem pública, seja o advindo diretamente do

orçamento ou o decorrente de subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres. Nesse sentido, a fundação tem o dever de conferir publicidade às parcelas dos recursos públicos recebidos, bem assim, à sua destinação. Isso quer dizer que, à medida que a gestão é efetuada, ou seja, as atividades e as aquisições e contratações vão sendo realizadas, automaticamente os dados são enviados para o Portal e, todas as informações estão disponíveis para consulta.

5 - ESTRUTURA OPERACIONAL

Em 2021, a FAEPE, contou com 05 (cinco) colaboradores contratados pelo regime trabalhista CLT, sendo: 1 (um) lotado na Casa de Hospedagem Alvorada, 3 (três) na Rádio Universitária e finalmente 1 (um) jovem aprendiz regido por lei específica.

6 - DESEMPENHO OPERACIONAL (Resolução CUNI nº 073, de 4 de novembro de 2021)

No tocante ao desempenho operacional das Fundações de Apoio, o artigo 74 da Resolução CUNI nº 073, de 4 de novembro de 2021, conforme exposto alhures, dispõe que:

Art. 74. A avaliação de desempenho da FAp será feita anualmente pelo CUNI com base no relatório anual de gestão e de acordo com o Decreto nº 7.423 de 2010, art. 5º, § 1º, incisos I, II e III.

Parágrafo único. O Reitor designará comissão encarregada de emitir relatório circunstanciado sobre o desempenho da FAp, com base nos seguintes indicadores e parâmetros objetivos:

I- demonstrações contábeis obrigatórias nos termos da legislação vigente, englobando:

- a) balanço patrimonial;
- b) demonstração do resultado do exercício;
- c) demonstração de lucros e prejuízos acumulados; e
- d) demonstração de fluxo de caixa;

II- parecer de auditoria independente;

III- receita oriunda de projetos financiados por entidades públicas e privadas;

IV- número de discentes de graduação e de pós-graduação e de pessoal de associação temporária envolvidos nos projetos;

V- processos e valores de importação;

VI- prestações de contas enviadas dentro do prazo;

VII- projetos gerenciados;

VIII- relação de obras realizadas para a UFLA, quando houver;

IX- valor total dos equipamentos adquiridos e incorporados ao patrimônio da UFLA;

X- valor total dos ressarcimentos à UFLA pelo uso de seu nome, imagem, capital intelectual e infraestrutura; e

XI- principais ações de supervisão, controle e de correção adotadas pela FAp para a garantia da legalidade, legitimidade, economicidade e transparência na aplicação dos recursos públicos.

Sobre o tema, relevante destacar que a gestão administrativa e financeira de projetos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos em parceria com a UFLA tem sido executada por outra fundação de apoio, também credenciada à Universidade, denominada FUNDECC.

Nesse sentido, no ano de 2021 a FAEPE, não recebeu em 2021, receitas decorrentes de projetos financiados por entidades públicas e privadas (art. 74, inciso III, da Resolução nº 073, de 4 de novembro de 2021). Por esse motivo, não registrou a participação de discentes de graduação e de pós-graduação e de pós-doutorandos em projetos; não realizou processos de importação e, portanto, não se obrigou a encaminhar prestações de contas desta natureza à UFLA.

De igual forma, não gerenciou a execução de obras financiadas com recursos públicos ou privados em apoio à Universidade Federal de Lavras, bem assim, não adquiriu equipamentos decorrentes de projetos e, destarte, não procedeu à transferência destes equipamentos para a incorporação ao patrimônio da UFLA.

Ademais, não ressarciu a UFLA, pelo uso do nome, imagem, capital intelectual e infraestrutura, uma vez que, em 2021 não gerenciou projetos da instituição.

Quanto ao tema dos ressarcimentos, importante registrar que, atualmente, a sede da FAEPE ocupa imóvel pertencente à UFLA. Importa consignar ainda que, a celebração de um contrato oneroso entre as partes, confere contorno legal à utilização do aludido espaço pela Fundação.

7 - ATIVIDADES PRÓPRIAS DA FUNDAÇÃO

7.1. RADIO UNIVERSITÁRIA FM

No ano de 2021, a Radio Universitária - constitutiva da infraestrutura da FAEPE - se destacou como um dos principais canais de divulgação da informação produzida pela comunidade acadêmica, cujo conteúdo alcançou mais de 40 municípios localizados na região do Campo das Vertentes e nas regiões Sul e Oeste de Minas Gerais.

Caracterizada como um dos mais importantes meios de comunicação radiofônica regional, a Rádio Universitária dispõe de licença de funcionamento, com vigência de operação prevista em Frequência Modulada (FM), Educativa, Classe B1, Canal 289, Frequência 105,7 MHz, até o ano de 2027.

Conforme exposto, pelo rádio, através da frequência 105,7 MHz, a emissora alcança mais de 40 municípios, que segundo os dados consignados no último Censo do IBGE abrigaria uma população superior a 1 (um) milhão de habitantes. Ademais, além, da radio difusão, cuja sintonia fica limitada à extensão da frequência 105,7 MHz, a programação radiofônica também pode ser ouvida de qualquer parte do mundo, por meio do acesso eletrônico disponível no site da UFLA, bem assim, pode ser acessada pelos aplicativos RadiosNet, Spotify, Tune In e outros.

Se por um lado, a diversidade temática da programação veiculada pela Rádio Universitária impõe uma rotina de trabalho complexa aos seus colaboradores que alcança, por exemplo, o planejamento dos programas, quadros e vinhetas dedicados a divulgar as informações de relevância econômica, política, social e cultural produzidas pela Universidade. Por outro, é inequívoca a relevância social do trabalho executado pela emissora.

Aliás, no ano de 2021 foram realizadas importantes inserções dedicadas a difundir campanhas de interesse social promovidas por diversas instituições como: Rotary Clube de Lavras, Prefeitura Municipal de Lavras, Secretaria Municipal de Saúde, HEMOMINAS, Neuróticos Anônimos, Narcóticos Anônimos, Polícia Militar de Minas Gerais, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, Instituições Filantrópicas, Justiça Eleitoral, Ministério da Defesa – Alistamento Militar, SINE – Bolsa de Empregos, SENAR MG – Cursos de Qualificação Profissional, Feira do Livro e APAE, etc.

De mais a mais, além de diversificada, a grade de programação da Rádio Universitária, também é bastante extensa, abrangendo as 24 (vinte e quatro) horas do dia. Veja-se:

7.1.1. GRADE DE PROGRAMAÇÃO DA RADIO UNIVERSITÁRIA FM

HORÁRIO	PROGRAMA
0h – 5h	Madrugada Universitária
5h – 8h	Radar 105
7h	Redação 105
7h20	Auto Papo
8h	Redação 105
8h – 9h	Painel 105 – 1ª Edição
8h20	Universitária Serviço
9h	Redação 105
9h – 20h	Repertório Brasileiro
9h20	Boletim do Trânsito
9h40	Auto Papo
9h40 – 10h	Mini Especial
10h	Redação 105
10h – 10h20	Pop Rock Brasil
10h40	Minuto do Campus
11h	Redação 105
11h40	Auto Papo
12h	Redação 105
12h – 13h	Painel 105 – 2ª Edição
12h20	Universitária Serviço
12h40	Boletim do Trânsito
13h	Redação 105
13h – 13h20	Repertório Brasileiro
13h40 – 14h	Mini Especial
14h	Redação 105
14h20	Universitária Serviço
14h40	Auto Papo
15h	Redação 105
15h – 15h20	Pop Rock Brasil
16h	Redação 105
16h – 17h	Painel 105 3ª Edição
16h40	Universitária Serviço
17h	Redação 105
17h20	Auto Papo
17h20 – 17h40	Mini Especial
17h40	Boletim do Trânsito
18h – 19h	Esporte em Foco
19h – 20h	Voz do Brasil
20h	Redação 105
20h – 21h	Painel 105 4ª Edição
20h20	Universitária Serviço
20h40	Auto Papo
21h	Redação 105
21h – 21h20	Repertório Brasileiro

21h40	Boletim do Trânsito
22h	Redação 105
22h – 22h20	Pop Rock Brasil
22h20	Universitária Serviço
22h40	Auto Papo
23h	Redação 105
23h – 0h	Sweet Memories

Ademais, a programação abrange uma extensa cadeia de produção, a qual compreende as atividades de direção, coordenação, locução, operação, programação, produção, redação e, por fim, a manutenção técnica de equipamentos.

Demais disso, os programas musicais são produzidos e apresentados pelos respectivos colaboradores, alocados em cada um dos horários de veiculação. Bem assim, o programa Auto Papo é de responsabilidade da Agência Boris Feldman; o Universidade Serviço, o Redação 105 e o COMVIDA é desenvolvido por Eugênio de Souza; o Boletim do Trânsito é de responsabilidade da Auto Pista Fernão Dias; o Esporte em Foco é uma programação concebida por Júnior Murad; o Rádio Ciência tem como divulgadores tanto Sandro Araújo como Luciano de Paula, este último também é responsável pela apresentação do programa Fique Bem em Casa. A grade de programação da Rádio Universitária FM conta com blocos de apresentação de 20 (vinte) minutos, cada qual com previsão para a divulgação musical e de conteúdos em forma de spots.

Relativamente ao ano de 2021, a Radio Universitária assumiu proeminente função social, especificamente, no tocante à Pandemia em decorrência da Covid-19. A emissora desenvolveu um conjunto de iniciativas com o apoio da FAEPE e da Universidade Federal de Lavras, as quais propiciaram a produção remota do conteúdo. Nesse sentido, mesmo com as limitações impostas pela Covid - 19 manteve-se toda a programação da Radio, que assumiu importante papel na veiculação de informações e orientações destinadas à prevenção e ao combate da Covid - 19, além de promover ações voltadas à luta contra a disseminação de fake news e a desinformação em torno do mesmo tema.

No mesmo período, ferramentas digitais como o Facebook, Instagram, You Tube e o Whatsapp favoreceram a interação com os usuários por meio das redes sociais.

7.1.2. NÚMERO DE INSERÇÕES PROPORCIONADAS PELOS PROGRAMAS DA RADIO UNIVERSITÁRIA FM

No ano de 2021 foram realizadas 5.107 inserções de conteúdos por meio de Spots, Entrevistas, Chamadas e Testemunhal cujo teor guardava relação

com as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pela UFLA.

RÁDIO CIÊNCIA	2.190 inserções
CAMPANHA FIQUE BEM EM CASA*	1.825 inserções
COMVIDA*	1.092 inserções
Total	5.107 inserções

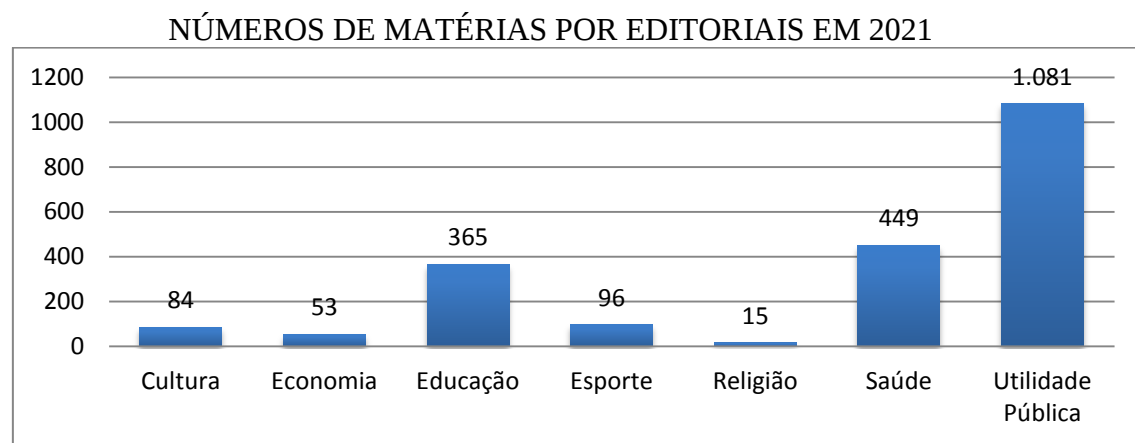
UNIVERSITÁRIA SERVIÇO	2.232 inserções
HEMOMINAS – DOAÇÃO DE SANGUE	864 inserções*

* Programas criados após o início da pandemia da Covid-19. No tocante às atividades do Hemominas, a Rádio Universitária destinou parte da programação à divulgação de campanhas de doação de sangue, uma vez que, durante a pandemia, os estoques de todos os tipos sanguíneos ficaram abaixo do ideal, mesmo com as unidades de coleta adotando procedimentos de proteção e prevenção visando à segurança dos doadores.

7.1.3. NÚMERO DE MATÉRIAS POR EDITORIAIS DA RÁDIO UNIVERSITÁRIA FM

Em 2021, no que concerne ao número de matérias por Editoriais da Rádio Universitária, verificou-se os seguintes números:

MATÉRIAS POR EDITORIAIS EM 2021													
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
CULTURA	06	04	07	06	04	10	08	06	09	08	05	11	<u>84</u>
ECONOMIA	05	03	04	07	06	05	04	02	03	06	05	03	<u>53</u>
EDUCAÇÃO	26	22	29	27	33	34	31	27	32	33	36	35	<u>365</u>
ESPORTE	06	09	07	08	09	13	05	10	04	08	06	11	<u>96</u>
RELIGIÃO	02	-	01	-	03	02	01	-	-	02	01	03	<u>15</u>
SAÚDE	39	37	43	33	28	39	40	36	42	34	32	46	<u>449</u>
UTILIDADE PÚBLICA	88	83	91	94	83	92	91	89	95	92	86	97	<u>1.081</u>

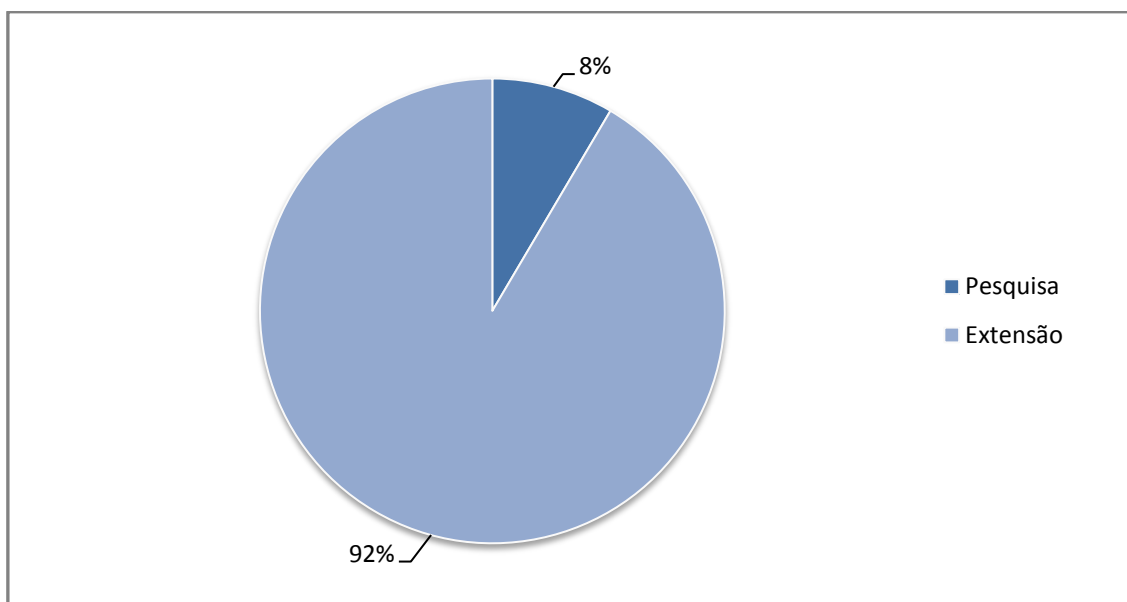


Nota-se que, no ano de 2021, quanto aos assuntos, ou seja, editoriais veiculados pela Universitária FM, os temas de utilidade pública, saúde, educação e cultura tiveram maior destaque, na comunidade.

7.1.4. NÚMERO DE MATÉRIAS RELACIONADAS À PESQUISA E EXTENSÃO DA UFLA DIVULGADAS EM 2021

MATÉRIAS RELACIONADAS À PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIAS EM 2021													
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
EXTENSÃO	32	44	27	34	51	49	57	48	52	63	51	74	<u>582</u>
PESQUISA	05	06	03	05	04	05	02	07	04	03	04	06	<u>54</u>
<u>TOTAL</u>													<u>636</u>

No total foram divulgadas 636 matérias atinentes à pesquisa e a extensão universitárias, sendo que 92% delas possuíam natureza extensionista e 8% estavam ligadas à pesquisa.



Em 2021, a maioria das notícias e reportagens veiculadas pela Universitária FM sobre a Universidade Federal de Lavras decorreu da atividade de extensão desenvolvida no âmbito da UFLA.

Por fim, impende dizer que, o processo de renovação da concessão de funcionamento, com o licenciamento da estação junto a Anatel e ao Ministério das Comunicações, que teve origem no ano 2019 foi concluído em 2021. Neste mesmo ano, a Rádio Universitária FM iniciou o processo de licenciamento do sistema de “Link”, o qual transporta o sinal do estúdio, localizado no Campus Histórico da Universidade Federal de Lavras, ao transmissor. O projeto ainda em execução depende da solução de pendências da FAEPE junto a Anatel, relacionadas as taxas devidas pela TV Universitária.

7.2 PARCERIA COM A EMATER NA GESTÃO DE EVENTOS MG

7.2.1 XIX CONCURSO DE QUALIDADE DOS CAFÉS DE MINAS GERAIS

Em 2021 foi realizada a 19ª Edição do Concurso de Qualidade dos Cafés de Minas Gerais. O evento contou com a participação de 1573 amostras de café distribuídas em 2 (duas) categorias, culminando ao final das etapas do concurso com a premiação das 22 (vinte e duas) melhores amostras de café do Estado.

O Concurso de Qualidade dos Cafés de Minas Gerais é um evento historicamente consolidado no Estado, cuja realização fica a cargo da EMATER-MG, que o desenvolve em parceria com a Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa de Extensão – FAEPE e com o Instituto Federal Sul de Minas Campus Machado - IF. Além disso, conta também com o apoio da iniciativa privada e do Governo do Estado.

Para a seleção dos cafés campeões, a EMATER-MG adotou uma metodologia calcada na seleção dividida em etapas. Segundo os organizadores, este seria os processos mais complexo de todo o Concurso.

Demais disso, o encerramento do Concurso ocorrido em 10 de dezembro de 2021 encontra-se disponível para o acesso em: <https://youtu.be/XPHAH5auIC4>.

7.2.1.1 PRIMEIRA FASE DO CONCURSO

Na primeira fase do Concurso, o cafeicultor realiza a sua inscrição e entrega, nos escritórios da EMATER MG, uma amostra de café tipo 2 (máximo de 4 defeitos, umidade conservada entre 10% a 12% e vazamento máximo de 5% em peneira de número 16).

As amostras depositadas pelos participantes são encaminhadas ao Polo EMBRAPPII, do Instituto Federal do Sul de Minas - Campus Machado. No local são recebidas por uma equipe da EMATER e do Instituto. As provas são abertas individualmente, por duas pessoas e, em seguida, divididas em 3 amostras de 300 gramas. Uma das provas é destinada à classificação física, conforme Classificação Oficial Brasileira. Relevante destacar que, mesmo as amostras desclassificadas por não se enquadrarem no regulamento, passam pela classificação física, a fim de se realizar um trabalho educativo. Outra amostra é utilizada para a realização da torra e o restante fica armazenado por 6 meses, como contra prova na Câmara Fria do IF Sul de Minas, para retirada, caso seja necessário, de novas amostras. Cada amostra recebe uma codificação individual, que só duas pessoas têm, a qual é revelada somente após o termino da última etapa.

As amostras são torradas, pela equipe de uma empresa licitada para realizar as análises sensoriais, coordenada pelo juiz Jorge José Menezes de Assis, conhecido como Jorge da Monte Alegre, um dos primeiros Q-Graders (profissional especializado na degustação de cafés especiais) certificados do Brasil, que é responsável pelo acompanhamento pelo processo de análise sensorial. Os cafés são embalados individualmente a vácuo, recebem o número de inscrição, sendo guardados em caixa hermética.

Para a Análise sensorial, segue-se o protocolo da Associação Internacional de Cafés Especiais - SCA.

Na primeira etapa, as amostras são divididas em 12 xícaras, sendo provadas por todos os juízes. Nessa fase são aprovadas as amostras com nota superior a 84 pontos.

São selecionadas as 240 amostras de café com notas superiores à 88 pontos na SCA, representando 30 amostras por categoria em cada uma das 4 regiões produtoras, quais sejam, Chapada, Cerrado Mineiro, Matas de Minas e Sul de Minas.

7.2.1.2 SEGUNDA FASE DO CONCURSO

Na segunda fase, a segunda etapa de análise é realizada no Polo EMBRAPPII, do Campus Machado do IF Sul de Minas, com uma equipe de 8 juízes, todos profissionais oriundos de grandes empresas do setor, responsáveis pela comercialização de mais de 3 milhões de sacas por ano de cafés especiais.

Na etapa final foram analisadas todas as 240 amostras, as quais foram reamostradas, sendo que, cada produtor devia enviar 3 quilos de café. O café depositado foi aplicado o mesmo procedimento da primeira etapa. Cada amostra foi dividida em 24 xícaras, as quais foram provadas por 8 juízes.

No ano de 2021, as 40 melhores amostras, em cada categoria também foram ranqueadas em Belo Horizonte, no Supermercado Verdemar. Esse trabalho contou com a coordenação do juiz Jorge José Menezes de Assis, - Jorge da Monte Alegre.

Ao longo de todo o processo do Concurso, para a identificação dos grandes campeões, são provadas, em média, 15.000 xícaras de 150 ml.

Após a conclusão das análises físicas e químicas, os produtores que submeteram amostras, recebem um relatório elaborado pelos extensionistas da EMATER - MG, no qual descrevem a qualidade do café, a fim de subsidiar a tomada de decisão e a correção de defeitos. O processo visa também promover a melhoria contínua da qualidade do café produzido em Minas Gerais, bem assim, favorecer a troca de conhecimentos entre os cafeicultores/ pesquisadores/ extensionistas.

Ademais, iniciativas como esta permitiram ao Estado de Minas Gerais se consolidar como o maior produtor de cafés especiais sustentáveis do Brasil.

7.2.1.3 RESULTADOS GERADOS

O encerramento do Concurso foi realizado em dezembro de 2021, no estúdio de TV da EMATER-MG e transmitido para o Estado.

A premiação envolveu a entrega de troféu e certificado para os finalistas de cada região. A consagração de um troféu para a mulher destaque e a outorga de um troféu especial para o Grande Campeão do Estado de Minas Gerais. Bem assim, envolveu a negociação dos cafés campeões.

As 1573 amostras de cafés natural e cereja descascado, recebidas das 04 regiões produtoras do estado, foram oriundas de aproximadamente 160 municípios produtores. Cada amostra inscrita recebeu um relatório acerca das informações atinentes ao café avaliado.

No evento foram comercializadas 80 sacas de café, divididas em lotes de 5 sacas de 60 kg. O Grande Campeão alcançou o valor de R\$7.000,00 pela saca de café. Os primeiros lugares receberam o montante de R\$ 4.500,00 e os segundos lugares o equivalente a R\$ 4.000,00 por saca. Sendo que, o valor total pago pelo comprador alcançou a cifras de R\$ 352.500,00.

Por fim, destaca-se que a parceria entre a EMATER - MG e a FAEPE têm sido profícua. Além do aludido Concurso, foram realizadas outras atividades - concursos de cafés - nas regiões de Manhuaçu, Muriae, Viçosa e Ipatinga, sempre com o propósito de munir o produtor de informações capazes de promover a melhora da qualidade do produto.

8- DOCUMENTOS CONTÁBEIS (PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE; BALANÇO PATRIMONIAL; DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO; DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS; DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA; NOTAS EXPLICATIVAS CONTÁBEIS)

Belo Horizonte - MG, 09 de agosto de 2022

Ilmos. Srs.
Diretores, Conselheiros e Administradores da
Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão - FAEPE
Lavras - MG

A/C.: Professor Antonio Carlos Cunha Lacrete Junior
Diretor Executivo

Patricia Ribeiro do Couto
Contadora

Prezados Senhores,

Anexamos o Parecer Final e Conclusivo da Auditoria Externa, reemitido às Notas Explicativas elaboradas pela **Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão - FAEPE**, incluindo as Demonstrações Contábeis e Financeiras do período levantado em 31 de dezembro de 2021, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados do Período, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração do Fluxo de Caixa.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas., para os esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,


Warley de Oliveira Dias
CONTADOR
CRC/MG n.º 094.865

R&R AUDITORIA E CONSULTORIA

Warley de Oliveira Dias
Diretor

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Senhores Diretores e Conselheiros da
Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão - FAEPE
Lavras - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão FAEPE**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos assuntos contidos no parágrafo “Base para Opinião com Ressalva”, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão - FAEPE**, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações, as mutações de seu patrimônio social e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião com ressalva

A FAEPE possui registrado em suas demonstrações financeiras, ativo imobilizado com valor líquido de R\$ 66.296,11. No entanto, inexiste na data de 31 de dezembro de 2021, controle patrimonial que permita identificar os valores de custo individuais bem como os custos de depreciação por item, o que pode estar ocasionando depreciação sobre itens totalmente depreciados. Conforme as normas de contabilidade NBC TG 01 e 27, a Administração deve promover controle individual dos itens, definir taxas de depreciação de acordo com expectativa de vida interna, bem como promover ajustes ao valor recuperável quando aplicáveis. A Administração encontra-se em processo de inventário desses itens, devendo ser concluído até o final do exercício de 2022.

Conforme descrito na Nota Explicativa 16 – Outros Assuntos Reapresentação Saldos Exercício Seguinte, a Administração, após apresentação do Parecer de Auditoria relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, optou por apresentar informações complementares à auditoria externa, sendo estorno do registro contábil do reconhecimento de área remanescente de 71,06 hectares do imóvel denominado Fazenda Muquem, baixado integralmente em virtude de vendas ocorridas em exercícios anteriores. Numa dessas vendas, a arrematante não observou a área de confronto entre as propriedades fazendo uso dessa área remanescente. Por meio do Ofício 069

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

datado de 10 de julho de 2019, a arrematante reconheceu o equívoco na remarcação da área remanescente e que procedesse em conjunto os tramites necessários com vistas a correta demarcação da área e apresentação de acordo para análise e homologação pelo Poder Judiciário, o qual se encontra em andamento sem contestação pela arrematante. Como forma de atender reivindicação do Conselho Deliberativo da FAEPE, por meio da 480ª. Ata de Reunião, para que as contas sejam aprovadas, a Administração procedeu ao estorno contábil de R\$ 710.600 com reflexo nos grupos do “Imobilizado Líquido” e “Superávit (Déficits) Acumulados” com consequente republicação das demonstrações contábeis referente ao exercício de 2021.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão - FAEPE**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme a Nota Explicativa nº 6(b), a **Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão FAEPE** possuía registrado no exercício de 2020, no seu ativo imobilizado, o montante de R\$ 700.000,00 relativos a terrenos. Em 2021, a Administração entendeu que esses bens seriam destinados a venda, após aprovação do Ministério Público de Minas Gerais, e posteriormente reinvestidos em outro imóvel comercial que pudesse agregar receitas a Fundação. Conforme a NBC TG 28, esses bens foram reclassificados como investimentos e seus valores reconhecidos pelo seu valor justo. Em 02 de setembro de 2020 deu-se início ao processo de inventário dos 35 (trinta e cinco) lotes situados na “Fazenda Palmital”, atualmente “Condomínio Náutico AMIGRANDE” no município de Ijaci. os quais constam do “Parecer Técnico de Avaliação” autos NF 0382.20.000544-7, emitido pelo CEAT – Setor de Engenharia do Ministério Público de Minas Gerais, que avaliou esses imóveis ao valor justo em R\$ 4.560.000,00. Ainda nesse exercício, foram reconhecidas a baixa relativa a venda de 07 (sete terrenos cujos valores de custo foram baixados nas contas de resultado no montante de R\$ 915.000. Os efeitos estão contemplados no grupo do patrimônio social – ajuste de avaliação patrimonial. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Embora apresente Capital Circulante Líquido positivo e crescente, a **FAEPE** apresentou prejuízos operacionais em três dos últimos cinco exercícios, o que demonstra necessidade de geração de resultados positivos para manutenção do equilíbrio operacional e manutenção de suas atividades

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

operacionais, pressupostos nos quais foram elaboradas suas demonstrações financeiras. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Em 05 de maio de 2022, emitimos um relatório de auditoria com ressalva quanto ao imobilizado, idêntica a descrita no primeiro parágrafo da Base para Opinião com Ressalva, sobre o conjunto completo das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, que estão sendo reapresentadas para refletir a exclusão do valor referente a área remanescente de 71,06 hectares do imóvel denominado Fazenda Muquem, para atender reivindicação do Conselho Deliberativo da FAEPE, por meio da 480ª. Ata de Reunião, para aprovação das contas. A Administração procedeu ao estorno contábil de R\$ 710.600 com reflexo nos grupos do “Imobilizado Líquido” e “Superávit (Déficits) Acumulados, consequentemente sendo reapresentados o Balanço Patrimonial e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Social. A presente opinião contém opinião modificada relacionada a este assunto, que foi inclusa no parágrafo Base para Opinião com Ressalva.

Outros Assuntos

As demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins comparativos foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram parecer com ressalvas quanto as prestações de contas relativas aos exercícios de 2006 a 2014, 2016 e 2018 que se encontravam pendentes de aprovação pelo Centro de Apoio ao Terceiro Setor – CAOTS.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da **Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão - FAEPE** é a responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Tivemos acesso ao relatório da administração e entendemos que está de forma satisfatória.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da **Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão - FAEPE** é a responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos Controles Internos, que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da **Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão - FAEPE**, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a **FAEPE**, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão - FAEPE** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia, de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os Controles Internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos Controles Internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos Controles Internos da **Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão - FAEPE**
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis, e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão - FAEPE**.
- Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão - FAEPE** a não mais se manter em continuidade operacional.

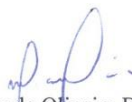
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos Controles Internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 09 de agosto de 2022

R&R AUDITORIA E CONSULTORIA

CRC/MG nº 5.198-02

CVM 8460


Warley de Oliveira Dias
CONTADOR
CRC/MG n.º 094.865

Fundação de Apoio ao Ensino Pesquisa e Extensão FAEPE

Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2021, reapresentadas.

Sumário

RELATÓRIO DA DIRETORIA	3
Balanço Patrimonial	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração das Mutações do Patrimônio Social.....	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	7
1 - CONTEXTO OPERACIONAL	8
2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	8
3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	8
4 - DISPONIBILIDADES	10
5 - CONTAS A RECEBER	11
6 - INVESTIMENTOS.....	11
7 - IMOBILIZADO	12
8 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS.....	12
9 - CONVÊNIOS E CONTRATOS	13
10 – PROVISÃO CONTINGENCIAL.....	13
11 – RENÚNCIA FISCAL.....	13
12 - PATRIMONIO SOCIAL	13
13 - GRATUIDADES CONCEDIDAS.....	14
14 – INDICES E QUOCIENTES DE ANÁLISE PATRIMONIAL E FINANCEIRA	14
15 – SEGUROS CONTRATADOS	15
16 – OUTROS ASSUNTOS – REAPRESENTAÇÃO DOS SALDOS DO EXERCICIO CORRENTE.....	15
17 – EVENTOS SUBSEQUENTES	15

Fundação de Apoio Ensino Pesquisa e Extensão
19.084.599/0001-17

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas, reapresentadas pelos motivos explanados na Nota 16 referentes ao exercício social findo em 31 de Dezembro de 2021. Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Lavras, 14 de julho de 2022

Balanço Patrimonial
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores Expressos em R\$ 1)

Ativo	2021 (reapresentada)	2020	Passivo e Patrimônio Líquido	2021 (reapresentada)	2020
Circulante			Circulante		
Disponibilidades	<u>1.160.264</u>	<u>250.626</u>	Contas a Pagar	<u>22.776</u>	<u>43.672</u>
Caixas	452	519	Obrigações Trabalhistas	<u>18.034</u>	<u>28.608</u>
Bancos - Recursos livres	6.132	0	Salários a Pagar/Férias/Provisão Férias	18.034	28.608
Bancos recursos com restrições	0	0	Impostos e Contribuições a Recolher	<u>4.028</u>	<u>6.254</u>
Aplicações financeiras - recursos livres	1.153.680	241.861	Folha s/ Inss/Pis/Fgts/IR/Iss - Contas Livres	4.028	6.254
Aplicações financeiras – rec c/ restrições	0	8.246	Descontos e Repasses – Contas Livres	<u>714</u>	<u>564</u>
Contas a receber	<u>6.373</u>	<u>1.850</u>	Pensão Alimentícia	714	564
Cliente - Recursos Livres	5.454	1.850	Obrigações com Terceiros	<u>0</u>	<u>8.246</u>
Adiantamentos	919	0	Convênios e contratos Restrito	0	8.246
Despesas Antecipadas	<u>3.097</u>	<u>2.846</u>			
Seguro	3.097	2.846	TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	<u>22.776</u>	<u>43.672</u>
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	<u>1.169.734</u>	<u>255.322</u>			
Não Circulante			Não Circulante		
Investimentos	<u>3.685.166</u>	<u>42.174</u>	Provisão Trabalhista	<u>495.901</u>	<u>51.516</u>
Caarg	18.235	20.243	TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	<u>495.901</u>	<u>51.516</u>
Credigrande	21.931	21.931			
Terrenos para Venda	3.645.000				
Imobilizado	<u>86.296</u>	<u>769.335</u>	Patrimônio Social		
Moveis e Utensílios	169.506	169.506	Fundo Patrimonial	15.000	15.000
(-) Depreciação Acumulada	(117.491)	(116.530)	Superávit Acumulado	1.751.643	1.222.998
Imóveis - Terrenos	-	700.000	Ajuste de Avaliação Patrimonial	3.085.000	0
Veículos	81.114	81.114	Resultado do Exercício	(429.124)	(266.355)
(-) Depreciação Acumulada	(81.114)	(81.114)	TOTAL PATRIMÔNIO SOCIAL	<u>4.422.519</u>	<u>971.643</u>
Maquinas e Equipamentos	28.527	28.527			
(-) Depreciação Acumulada	(14.246)	(12.168)			
Shopping Universo - Salas 314/319	20.000	-			
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	<u>3.771.462</u>	<u>811.509</u>	TOTAL DO PASSIVO	<u>4.941.196</u>	<u>1.066.831</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>4.941.196</u>	<u>1.066.831</u>			

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

Demonstração do Resultado
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores Expressos em R\$ 1)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita Operacional Bruta	411.575	533.187
Receitas FAEPE	403.318	507.090
Receitas com Projetos	8.257	26.097
Superávit (Déficit) Bruto	411.575	533.187
Despesas e Receitas Operacionais	(840.700)	(799.543)
Despesas com Administração	(943.782)	(776.031)
Despesas com Projetos	(8.257)	(26.097)
Recursos Aplicados em Projetos	(7.892)	(25.403)
Despesas Financeiros de Projetos	(365)	(694)
Resultado Financeiro	36.340	2.586
Receitas Financeiras	38.894	6.921
Despesas Financeiros	(2.554)	(4.335)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	75.000	-
Receitas com Venda de Imóveis	990.000	-
Despesas com Baixa de Imóveis	(915.000)	-
Superávit (Déficit) Líquido do Exercício	<u>(429.124)</u>	<u>(266.355)</u>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Social
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores Expressos em R\$ 1)

Composição		Fundo Patrimonial	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Superávit (Déficit) Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		15.000	-	1.222.998	1.237.998
					-
Superávit (Déficit) do Exercício				(266.355)	(266.355)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		15.000	-	956.643	971.643
					-
Ajustes Avaliação Patrimonial - Imóveis	Nota 12		3.860.000	-	3.860.000
Incorporação aos Resultados - Baixa Venda Imóveis			(775.000)	775.000	-
Ajuste Exercício Anterior - Imóveis não contemplados (Fazenda Muquem e Salas Shopping)	Nota 7(b)			20.000	20.000
Superávit (Déficit) do Exercício				(429.124)	(429.124)
					-
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)		15.000	3.085.000	1.322.519	4.422.519

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores Expressos em R\$ 1)

	2021	2020 (Reclassificado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Déficit) Superávit do Exercício	(429.124)	(266.355)
Ajustes por:		
Depreciações e amortizações	3.039	3.039
Valor residual das baixas do imobilizado/investimento	(75.000)	
(Aumento) redução nos ativos:		
Clientes	(3.604)	5.255
Adiantamentos	(919)	-
Despesas Antecipadas	(251)	-
Outros ativos circulantes e não circulantes	-	282
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	-	(3.356)
Obrigações Tributárias a Recolher	(2.227)	(12.603)
Obrigações Trabalhistas	(10.573)	(80.611)
Descontos e Repasses	150	4
Receitas a Realizar - Convenios/Contratos/Eventos	(8.245)	(25.721)
Provisão para contingências	444.384	-
Outros passivos circulantes e não circulantes	1	2
Recursos líquidos provenientes das operações	(82.369)	(380.064)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Baixas do imobilizado por venda	990.000	
Baixa de Participações Societárias	2.008	
Recursos líquidos provenientes das atividades de investimentos	992.008	-
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	909.639	(380.064)
Variação do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.160.264	250.626
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	250.626	630.689
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	909.639	(380.064)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em Reais – (R\$ 1)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação de Apoio Ensino, Pesquisa e Extensão - FAEPE, como as demais fundações de apoio criadas no âmbito das Instituições de Ensino Superior, tem amparo e credenciamento nos Ministérios da Educação e Ciência e Tecnologia de acordo com a lei 8.958/94, regulamentada pelo Decreto lei nº 5.205/04 e pela lei de Inovação Tecnológica de nº 10.973/04. Caracteriza-se como uma organização dentro do terceiro setor instituída pela ASPESAL – Associação de Professores da Escola Superior de Agricultura de Lavras em 16 de junho de 1976, como Fundação do Direito Privado sem fins lucrativos, com a missão de promover o apoio institucional à UFLA – Universidade Federal de Lavras relativas ao ensino, à pesquisa, à extensão e ao desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, inclusive aqueles de natureza infra estrutural, mediante assessoramento à elaboração de projetos e administração de recursos obtidos.

A FAEPE desempenha importante papel como fundação integrada à estrutura organizacional da UFLA proporcionando meios para a captação, viabilização dos programas de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento da UFLA.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Base de mensuração

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base no custo histórico.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Fundação, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são: (I) perda estimada para crédito de liquidação duvidosa - Nota 5; (II) vida útil dos ativos - Nota 7; e (III) provisões e contingências - Nota 10.

3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro obedeceram aos princípios e práticas de contabilidade adotadas no Brasil e demais normas técnicas contábeis das entidades sem fins lucrativos. Nesse sentido, tomou como base de referência as orientações advindas da Lei nº 11.638/2007, naquilo que importa às questões contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em Reais – (R\$ 1)

vinculadas às organizações que integram o Terceiro Setor, a NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e a NBC ITG 2002 – Entidades sem Fins De Lucros, aprovada pela Resolução CFC Nº 1409/12, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Fundação, a seguir:

- a) Demonstração do Superávit (Déficit)** – O resultado é apurado com base no regime de competência de exercícios.
- b) Disponibilidades** - São representados por caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional, referentes à caixa, bancos e aplicações financeiras em títulos de renda fixa com disponibilidade imediata e são utilizados pela Fundação no gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo por meio do resultado que se equipara ao valor de custo, acrescido dos rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento do exercício. Em função disso são considerados como “equivalentes de caixa”, conforme estabelecido na NBC TG 03 (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa).
- c) Convênios e contratos** – Os direitos e obrigações junto aos projetos são registrados quando do seu efetivo recebimento e desembolso para efeitos de demonstração nas contas patrimoniais.
- d) Demais ativos circulantes e não circulantes** – São apresentados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Além disso, quando aplicável, as transações relevantes são ajustadas a valor presente. O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente de contas a receber é feita na receita bruta no resultado. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e é apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação, conforme NBC TG 12 (em consonância com o Pronunciamento Técnico do CPC 12 – Ajuste a Valor Presente). Os valores vencíveis em até 12 meses estão contemplados no grupo do circulante e os com prazos superiores a 12 meses no grupo do não circulante.
- e) Imobilizado** - Os registros no imobilizado correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Fundação ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens, de acordo com a NBC TG 27 (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado). O imobilizado está registrado ao custo de aquisição, reduzido da depreciação calculada pelo método linear às taxas usuais que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, bem como a recuperabilidade dos ativos.
- f) Demais passivos circulantes e não circulantes** – São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
em 31 de dezembro de 2021 e 2020**
Em Reais – (R\$ 1)

encargos e variações monetárias incorridos, em base “pro-rata” dia. Além disso, quando aplicável, as transações relevantes são ajustadas a valor presente, conforme NBC TG 12 (em consonância com o Pronunciamento Técnico do CPC 12 – Ajuste a Valor Presente).

- g) Reconhecimento de receita** – A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Fundação e possa ser mensurada de forma confiável, conforme determina a NBC TG 30 (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 30 – Receitas).

As receitas e despesas relacionadas à mesma transação ou a outro evento são reconhecidas, simultaneamente, de acordo com o princípio da confrontação das despesas com as receitas (regime de competência) de que trata a NBC TG 30 (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 30 – Receitas).

- h) Demonstrações dos fluxos de caixa** – As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com a NBC TG 03 (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa).
- i) Políticas Contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro** – As principais políticas contábeis vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados com o objetivo de melhorar a relevância e a confiabilidade das demonstrações financeiras da Fundação, bem como permitir sua comparabilidade ao longo do tempo com as demonstrações de outras entidades.
- j) Recursos livres e com restrições** - A distinção de recursos livres e com restrições refere-se a denominações contábeis, respectivamente, para projetos executados com recursos próprios (livres) e para projetos executados com recursos de terceiros (restritos).

4 - DISPONIBILIDADES

Representam as disponibilidades dos recursos financeiros e que possuem características de liquidez imediata. A composição dos saldos era a seguinte:

	2021	2020
<u>RECURSOS PRÓPRIOS/LIVRES</u>		
Caixa	453	519
Bancos c/Movimento	6.132	-
Aplicações Financeiras	1.153.680	241.861
Total	1.160.265	242.380
<u>RECURSOS TERCEIROS/COM RESTRICÇÃO</u>		
Bancos c/Movimento	-	-
Aplicações Financeiras	-	8.245
Total	-	8.245
Total Geral do Disponível	1.160.265	250.626

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
em 31 de dezembro de 2021 e 2020**
Em Reais – (R\$ 1)

5 - CONTAS A RECEBER

A rubrica contas a receber está representada pelos valores de recebimento futuro vinculada aos contratos de prestação de serviços e da atividade de gestão dos convênios. Seus valores não são componentes de receitas, mas tão somente direitos registrados, tendo como contrapartida a rubrica de convênios e contratos.

A Provisão para Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa não foi constituída, pois segundo a Administração inexistia a possibilidade de eventuais perdas na realização desses créditos. Os saldos em 31 de dezembro era de R\$ 5.454 (2020 – R\$ 1.850).

6 - INVESTIMENTOS

A composição dos saldos era a seguinte:

	2021	2020	
<u>RECURSOS PRÓPRIOS/LIVRES</u>			
Investimentos Cooperativa CAARG	18.235	20.243	(a)
Investimentos Cooperativa CREDIGRANDE	21.931	21.931	
Terrenos para Vendas	3.645.000	-	(b)
Total	3.685.166	42.174	

- (a) Saldo do Investimento mantido junto a Cooperativa Agrícola Alto Rio Grande Ltda. A Fundação solicitou desligamento da Cooperativa e a devolução de suas cotas, a qual será restituída em 50 parcelas mensais e consecutivas, vencendo a última em setembro de 2025. O saldo corresponde a 45 parcelas.
- (b) Reconhecimento de imóveis rurais que se encontravam contemplados no grupo do imobilizado e que foram reclassificados para esse grupamento em virtude de terem sido aprovados para venda pelo Ministério Público de Minas Gerais, e o resultado a ser aplicado na aquisição de outro imóvel urbano. Esse valor está representado por 35 lotes situados na “Fazenda Palmital”, atualmente “Condomínio Náutico AMIGRANDE” no município de Ijaci. Esses valores estavam contemplados pelo valor histórico de R\$ 700.000. Em 02 de setembro de 2020 deu-se início ao processo de inventário dos 35 (trinta e cinco) terrenos, os quais constam do “Parecer Técnico de Avaliação” autos NF 0382.20.000544-7, emitido pelo CEAT – Setor de Engenharia do Ministério Público de Minas Gerais, que avaliou esses imóveis ao valor justo em R\$ 4.560.000, cujos efeitos contemplados nesse exercício, foram registrados tendo como contrapartida o grupo do patrimônio social, rubrica “ajuste de avaliação patrimonial”. Ainda nesse exercício, foram reconhecidas a baixa relativa a venda de 07 terrenos cujos valores de custo foram baixados nas contas de resultado no montante de R\$ 915.000.

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
em 31 de dezembro de 2021 e 2020**
Em Reais – (R\$ 1)

7 - IMOBILIZADO

A composição dos saldos era a seguinte:

RECURSOS PRÓPRIOS/LIVRES	2021		2022	
Terrenos	-		700.000	(a)
Móveis e utensílios	169.506		169.506	
Veículos	81.114		81.114	
Máquinas e equipamentos	28.527		28.527	
Salas Shopping Universo	20.000		-	(b)
Depreciação Acumulada	(212.851)		(209.812)	
	86.296		769.335	

(a) Valor representado por 35 lotes situados na “Fazenda Palmital”, atualmente “Condomínio Náutico AMIGRANDE” no município de Ijaci, reclassificados para o grupamento de “investimentos”, Nota 6(b) conforme previsão contida na NBC TG 28.

(b) Reconhecimento da sala 314 com aproximadamente 16 m²; e sala 319 com aproximadamente 15 m², localizadas no Shopping Universo, Rua Chagas Doria, 29, Centro Lavras/MG, contabilizadas nesse exercício contra o grupamento do Patrimônio social.

8 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Apropriação dos valores devidos a título de salários do mês, bem como do reconhecimento da provisão de férias e seus encargos, calculados proporcionalmente ao período aquisitivo de cada colaborador, cuja composição dos saldos era a seguinte:

RECURSOS PRÓPRIOS/LIVRES	2021		2020
Salários a Pagar	5.444		7.692
Provisão de Férias a Pagar	9.361		15.551
Provisão de Encargos Férias a Pagar	3.230		5.365
	18.035		28.608

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
em 31 de dezembro de 2021 e 2020**
Em Reais – (R\$ 1)

9 - CONVÊNIOS E CONTRATOS

Os Projetos com restrições foram concluídos no ano de 2021.

Descrição	2021	2020
Receitas com restrição	0,00	0,00
Receitas financeiras	0,00	8.245
	0,00	8.245

10 – PROVISÃO CONTINGENCIAL

Provisão constituída de acordo com expectativa dos Assessores Jurídicos, para fazer face a reclamatória trabalhista nº 001005-13.2019.5.03.0065. O saldo em 31 de dezembro era de R\$ 495.901 (2020 – R\$ 51.516).

11 – RENÚNCIA FISCAL

Em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, quais sejam o IRPJ e a CSLL.

É isenta/imune do recolhimento da COFINS e do ISS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias.

Em atendimento a ITG 2002 (R1) – entidade sem finalidade de lucros - a Faepe apresenta a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 2021 e 2020:

- IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica
- CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
- ISSQN – Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza
- COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – sobre as receitas próprias.

12 - PATRIMONIO SOCIAL

Conforme estatuto, a FAEPE aplica integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais. Dessa forma os resultados apurados são integralmente incorporados ao patrimônio social. A composição dos saldos era a seguinte:

RECURSOS PRÓPRIOS/LIVRES	2021	2022
Fundo Patrimonial	15.000	15.000
Resultados Acumulados	1.322.519	956.643
Ajuste de Avaliação Patrimonial	3.085.000	-
	4.422.519	971.643

(a)

(b)

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
em 31 de dezembro de 2021 e 2020**
Em Reais – (R\$ 1)

- (a) Ajuste de avaliação patrimonial em virtude de 35 lotes situados na “Fazenda Palmital”, atualmente “Condomínio Náutico AMIGRANDE” no município de Ijaci, que se encontravam registrados no “imobilizado” pelo valor histórico de R\$ 700.000, conforme consubstanciado na Nota 6 (b). Em 02 de setembro de 2020 deu-se início ao processo de inventário desses terrenos, conforme “Parecer Técnico de Avaliação” autos NF 0382.20.000544-7, emitido pelo CEAT – Setor de Engenharia do Ministério Público de Minas Gerais, que avaliou esses imóveis ao valor justo em R\$ 4.560.000. Ainda nesse exercício, foram reconhecidas a baixa relativa a venda de 07 terrenos cujos valores de acréscimo patrimonial foram incorporados aos resultados acumulados no montante de R\$ 775.000.
- (b) As modificações e variações ocorridas no patrimônio líquido, encontram-se devidamente evidenciadas na Demonstração das Mutações do Patrimônio Social.

13 - GRATUIDADES CONCEDIDAS

Durante o exercício de 2021 não foram ofertadas atividades passíveis de concessão de gratuidade.

14 – INDICES E QUOCIENTES DE ANÁLISE PATRIMONIAL E FINANCEIRA

Apresentamos nossos indicadores de liquidez e rentabilidade apresentados nos últimos 5 (cinco) exercícios, cujas atividades revelaram-se adequadas à nossa finalidade de modo que apresentam situação favorável para cumprir as obrigações sociais e estatutárias:

Índices de Liquidez (Quantidade de Reais para cada R\$ dívida)							
			2021	2020	2019	2018	2017
Liquidez Corrente:	Ativo Circulante	=	51,36	5,85	3,86	1,50	1,71
	Passivo Circulante						
Liquidez Seca:	At. Circ. - Estoque	=	51,36	5,85	3,86	1,50	1,71
	Passivo Circulante						
Liquidez Imediata:	Disponível	=	50,94	5,74	3,80	1,05	1,47
	Passivo Circulante						
Liquidez Geral:	(AC) + RLP	=	2,26	2,68	2,95	1,09	1,73
	PC + ELP						
Quociente Cobertura Total	At. Circ.+ Ativo Per.		9,53	11,21	6,69	1,48	1,24
	Passivo Total						

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
em 31 de dezembro de 2021 e 2020**
Em Reais – (R\$ 1)

Índices de Rentabilidade						
		2021	2020	2019	2018	2017
Rentabilidade do Ativo	Resultado Exercício =	-8,7%	-24,97%	16%	-26%	16%
	Ativo					
Rentabilidade do PL	Resultado Exercício =	-9,7%	-27,41%	18%	-81%	28%
	PL					

15 – SEGUROS CONTRATADOS

A FAEPE possui cobertura de seguros cujos valores são considerados suficientes pela Administração, para cobrir eventuais perdas.

16 – OUTROS ASSUNTOS – REAPRESENTAÇÃO SALDOS EXERCÍCIO CORRENTE

A Administração, após apresentação do Parecer de Auditoria relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, optou por apresentar informações complementares à auditoria externa, sendo estorno do registro contábil do reconhecimento de área remanescente de 71,06 hectares do imóvel denominado Fazenda Muquem, baixado integralmente em virtude de vendas ocorridas em exercícios anteriores.

Numa dessas vendas, a arrematante não observou a área de confronto entre as propriedades fazendo uso dessa área remanescente. Por meio do Ofício 069 datado de 10 de julho de 2019, a arrematante reconheceu o equívoco na remarcação da área remanescente e que procedesse em conjunto os tramites necessários com vistas a correta demarcação da área e apresentação de acordo para análise e homologação pelo Poder Judiciário, o qual se encontra em andamento sem contestação pela arrematante. Como forma de atender reivindicação do Conselho Deliberativo da FAEPE, por meio da 480ª. Ata de Reunião, para que as contas sejam aprovadas, a Administração procedeu ao estorno contábil de R\$ 710.600 com reflexo nos grupos do “Imobilizado Líquido” e “Superávit (Déficits) Acumulados” com consequente republicação das demonstrações contábeis referente ao exercício de 2021, alteração das Notas 7 e 12, bem como inclusão desta Nota Explicativa, mantendo-se demais itens inalterados.

17 – EVENTOS SUBSEQUENTES

A Administração não tem conhecimento de eventos ocorridos entre a data de encerramento do exercício social e da elaboração dessas Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas, reapresentadas pelos motivos explanados na Nota anterior, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.

Lavras – MG, 14 de julho de 2022

Lavras, 29 de setembro de 2022.

A handwritten signature in blue ink, reading "Débora Cristina de Carvalho". The signature is fluid and cursive, with the first name "Débora" being the most prominent.

Débora Cristina de Carvalho
Diretora Executiva da FAEPE